



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
CÂMPUS BAGÉ

CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA
Forma Integrada

Início: 2010/2

Sumário

1 – DENOMINAÇÃO.....	4
2 – VIGÊNCIA	4
3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	4
3.1 – Apresentação	4
3.2 – Justificativa.....	5
3.3 – Objetivos	7
4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	7
5 – REGIME DE MATRÍCULA	7
6 – DURAÇÃO.....	8
7 – TÍTULO.....	8
8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO.....	8
8.1.1 – Competências profissionais.....	9
8.2 – Campo de atuação	9
9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	10
9.1 – Princípios metodológicos.....	10
9.2 – Prática profissional.....	10
9.2.1 – Estágio profissional supervisionado	11
9.2.2 – Estágio não obrigatório	11
9.3 – Atividades Complementares.....	12
9.4 – Trabalho de Conclusão de Curso	12
9.5 – Matriz curricular.....	12
9.6 – Matriz de disciplinas eletivas	12
9.7 – Matriz de disciplinas optativas	12
9.8 – Matriz de disciplinas pré-requisitos.....	12
9.9 – Matriz de disciplinas equivalentes	13
9.11 – Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia	13
9.12 – Flexibilidade curricular.....	13
9.13 – Política de formação integral do estudante.....	14
9.14 – Políticas de apoio ao estudante.....	14
9.15 – Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão	15
9.16 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante	15
10 – CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES.....	17
11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	18
11.1 – Avaliação da aprendizagem dos estudantes.....	18
11.2 – Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso.....	19
12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO	20

13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	20
13.1 – Pessoal docente e supervisão pedagógica.....	20
13.2 – Pessoal técnico-administrativo	25
14 – INFRAESTRUTURA	26
14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes	26
14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade.....	26
14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso	27

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Informática (Forma Integrada), do eixo tecnológico Informação e Comunicação.

2 – VIGÊNCIA

Este projeto pedagógico do Curso Técnico em Informática (Forma Integrada) passará a vigor a partir de outubro de 2010.

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade bienal pela instância colegiada, sob a mediação do coordenador de curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação do projeto pedagógico.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de 2019/01.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem uma trajetória histórica de quase um século. Esse itinerário começou a ser percorrido no início do século XX, por meio de ações da diretoria da Biblioteca Pública Pelotense, que sediou, em 07 de julho de 1917 (data do aniversário de Pelotas), a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios.

No ano de 1940, ocorre a extinção desta escola, devido à construção das instalações da Escola Técnica de Pelotas (ETP), efetivada por Decreto Presidencial no ano de 1942. Em 1959, a ETP passa a ser uma autarquia federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel).

Em 1999, ocorre a transformação da ETFPel em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos. Com a aprovação da Lei 11.892 de dezembro de 2008, o CEFET-RS foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

Os institutos federais têm por vocação a oferta de educação tecnológica em todos os níveis e modalidades, buscando-se formar profissionais em estreita relação

com os setores produtivos e a sociedade. A expansão e consolidação da rede de institutos federais tem por objetivo a democratização e ampliação do acesso a vagas na educação profissional, tecnológica e superior.

A cidade de Bagé recebeu um câmpus do IFSul, iniciando suas atividades em setembro de 2010. Atualmente, o câmpus Bagé oferta cursos em duas grandes áreas: ciências da terra e informática.

Na área da Informática atuam docentes especializados em diferentes áreas de desenvolvimento de software: Ambientes Desktop, Web e Mobile. O atual corpo docente, composto por professores da área técnica e de formação geral, conta com aproximadamente 70% de doutores e mestres.

Este curso possui uma organização curricular que possibilita uma formação técnica com foco no desenvolvimento científico tecnológico de modo a preparar o aluno para uma atuação profissional diversificada, cooperativa, dinâmica e humanística, de modo a contribuir com o desenvolvimento sócio econômico e cultural da região.

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

3.2 – Justificativa

Bagé está localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul, constituindo o polo da região da Campanha. Geograficamente, distante 380 Km da cidade de Porto Alegre, capital do Estado. O município de Bagé faz divisa com o Uruguai e com os municípios de Dom Pedrito, Hulha Negra, Caçapava do Sul, Aceguá, Pinheiro Machado, Candiota e Lavras do Sul. O clima é subtropical, com grandes variações entre inverno e verão, tendo, ambas as estações, temperaturas extremas. A topografia se difere entre as zonas nordeste e sudoeste do município, sendo a primeira caracterizada por colinas e vales e a outra pelas vastas planícies típicas do pampa gaúcho. O Bioma Pampa é um dos principais elementos de caracterização do território do município.

A cidade de Bagé foi fundada em 1811, mas desde o século XVIII existia o Posto de Santa Tecla, construído pelos jesuítas espanhóis. Suas etnias são originalmente os índios guaranis, os colonizadores espanhóis e portugueses e, mais tarde, e em pequeno número, os imigrantes italianos, japoneses, libaneses e alemães. Sua base econômica, historicamente, foi a agricultura e a pecuária, hoje em transição para uma base de comércio e de serviços. É uma cidade com tradição cultural refletida em seus prédios históricos e reforçada pelo ensino universitário e atuação de diversas instituições.

De acordo com o IBGE (2010), a cidade de Bagé possui 116.794 habitantes, sendo a população urbana 97.765 habitantes e a população rural 19.029 habitantes.

Ainda, de acordo com o IBGE (2011), o impacto do Valor Adicionado Bruto (VAB) no produto interno bruto do município de Bagé no ano de 2011 foi R\$ 1.069.720,18. O valor levantado permite estabelecer relações macroeconômicas e traçar um perfil econômico e setorial de um município.

O setor de serviços se caracteriza por grande heterogeneidade, englobando atividades muito distintas entre si, no que se refere a aspectos como porte das unidades produtivas, densidade de capital, nível tecnológico etc. Basta lembrar que a gama dos segmentos que fazem parte do setor vai desde serviços domésticos até transmissão de dados pela internet.

As últimas décadas foram assinaladas pelo dinamismo do setor de serviços, que apresentou em numerosos países (entre os quais os mais desenvolvidos) taxas de crescimento superiores às do conjunto da economia.

Em consequência, o setor é atualmente o de maior importância quantitativa em muitas nações, chegando nos Estados Unidos, por exemplo, a mais de 70% do PIB e da mão de obra empregada.

O município de Bagé possui o setor de serviços no centro dos seus arranjos produtivos locais, junto com o setor agropecuário. Neste sentido, a Informática, mais diretamente a área de especificação e concepção de software, está bem alinhada aos arranjos produtivos locais da região, dada sua natureza de atividade de apoio às demais áreas de conhecimento e produção.

Cabe ressaltar, que a demanda por profissionais qualificados na área de desenvolvimento de sistemas de informação é crescente na região da campanha, onde novas empresas de desenvolvimento de aplicações para agronegócio, comércio, varejo e serviços estão se estabelecendo. Neste sentido, a oferta de empregos e possibilidade de empreendedorismo é uma realidade.

Neste contexto, a área de desenvolvimento de software tem obtido uma grande demanda por profissionais qualificados. Tanto para atuação na especificação conceitual e projeto, como na concepção de novas aplicações para atendimento as necessidades dos mais diversos setores produtivos da sociedade. Sendo assim, a formação de profissionais que dominem os conceitos e tecnologias envolvidas nos processos de produção e software é emergente. Pesquisa elaborada realizada pela Associação Brasileira de Empresas de Software em conjunto com a consultoria IDC, aponta investimentos de US\$ 38 bilhões no Brasil, em hardwares, softwares e serviços durante o ano de 2017 com um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior (ABES, 2018).

O curso técnico em informática do IFSul – Câmpus Bagé oferece vagas para a comunidade bajeense e região desde o ano de implantação da unidade, com a primeira proposta de PPC aprovada no ano de 2008. Contudo, a fim de garantir a qualidade na

formação dos educandos, ajustes na matriz curricular e, conseqüentemente, no PPC do curso são necessários, com o intuito de atingir a meta de uma educação pública de qualidade.

3.3 – Objetivos

O objetivo geral do curso é possibilitar ao estudante uma formação na área de informática proporcionando condições para atuação no mercado de trabalho. Aliada à formação tecnológica, o curso visa a formação humanística, de modo a desenvolver no estudante a capacidade reflexiva e crítica em relação à sua atuação na sociedade.

Para uma formação alinhada aos fundamentos e tecnologias necessárias para a atuação como técnico em informática, delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- Preparar o aluno para atuar com desenvolvimento de sistemas computacionais, seguindo especificações e paradigmas de lógica de programação;
- Apresentar tecnologias consolidadas e emergentes na área de desenvolvimento de sistemas, permitindo uma formação profissional atualizada com as abordagens de desenvolvimento de software do mundo do trabalho.
- Possibilitar estratégias interdisciplinares, a fim de preparar o estudante para a realização de planejamento, desenvolvimento e implantação de softwares;
- Viabilizar processos de ensino facilitadores do desenvolvimento da capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico em Informática (forma integrada), os candidatos deverão ter concluído o ensino fundamental ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no curso será regulamentado em edital específico.

5 – REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Semestral
Regime de Matrícula	Módulo
Regime de Ingresso	Semestral
Turno de Oferta	Manhã ou Tarde
Número de vagas	30 vagas por semestre

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	8 semestres
Prazo máximo de integralização	16 semestres
Carga horária em disciplinas obrigatórias	3525 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	210
Carga horária total mínima do curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH atividades complementares)	3525 horas
Carga horária total do curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH estágio profissional supervisionado + CH atividades complementares + CH trabalho de conclusão de curso)	3735 horas
Optativas	-

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, o estudante receberá o diploma de Técnico em Informática.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

8.1 Perfil profissional

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de conhecimentos técnicos para que este possa atuar como agente de sua própria história, utilizando-se dos conhecimentos adquiridos para enfrentar e superar os desafios da vida e com sua formação liderar, respeitando a participação coletiva e construindo espaços

democráticos, gerenciar e capacitar equipes com desempenho inerentes à função, com uma forte formação ética, criativa, humanística, técnica, solidária e crítica, devendo ser um sujeito autônomo, responsável, investigador e com capacidade para compreender o significado das ciências, das artes, das linguagens e das tecnologias específicas, desenvolvendo atividades na área de desenvolvimento de sistemas, banco de dados e redes de computadores, trabalhando sempre de forma integrada, sendo um instrumento de transformação da realidade.

8.1.1 – Competências profissionais

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

- a) realizar atividades que visem a resolução de problemas computacionais usando lógica de programação;
- b) desenvolver sistemas computacionais com acesso a banco de dados;
- c) pesquisar novas tecnologias e combinação de tecnologias emergentes e consolidadas para construções de aplicações;
- d) desenvolver tarefas em grupo, através da projeção e desenvolvimento de software em equipes de trabalho com papéis específicos, tais como, modelagem, projeto de interface, banco de dados e interação cliente-servidor;
- e) trabalhar em atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão;
- f) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade e do mercado de trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes;
- g) aplicar os conhecimentos da formação técnica – baseado nos princípios de humanismo, solidariedade, criticismo, criatividade e ética – na resolução de situações no exercício da profissão.

8.2 – Campo de atuação

O egresso estará apto a trabalhar em atividades que envolvam o desenvolvimento de aplicações, podendo trabalhar prestando serviços de forma autônoma ou em empresas de tecnologia.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 – Princípios metodológicos

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o processo de ensino e aprendizagem privilegiado pelo Curso Técnico em Informática (forma integrada) contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem o desenvolvimento para a vida social e profissional, o reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, a formação integral do estudante, a não fragmentação de conhecimentos, a preparação para o exercício da cidadania e para o exercício da profissão.

As atividades de sala de aula, frequentemente desenvolvidas em grupo, também recebem destaque, sendo propostos no decorrer do curso, com foco no exercício de divisão de tarefas e de responsabilidades, no desenvolvimento de lideranças enfatizando-se o sucesso coletivo. Além de envolver esses conceitos, trabalhar em equipe promove aprendizagens para a vida em sociedade, já que compreende a ética, a interação com o meio, o respeito a hierarquias e a construção de objetivos comuns.

Além dos componentes curriculares na forma de disciplinas obrigatórias e trabalho de conclusão de curso, os estudantes também poderão desenvolver atividades complementares em ensino, pesquisa e extensão.

9.2 – Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos

espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviço da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao trabalho o status de principal princípio educativo, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Informática (forma integrada) assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional deste curso traduz-se curricularmente por meio de disciplinas da área técnica que:

- Valorizam fortemente as metodologias de projeto e de desenvolvimento que são aplicadas no meio profissional, as quais são concebidas para facilitar o trabalho em equipe e para atingir elevados índices de produtividade;
- Utilizam como ferramenta de estudo as tecnologias mais recentes, devido a especificidade da área de ter-se uma constante renovação do estado-da-arte;
- Incentivam o aluno ao desenvolvimento de seus trabalhos com senso de responsabilidade, comprometimento e seriedade.

9.2.1 – Estágio profissional supervisionado

Não se aplica.

9.2.2 – Estágio não obrigatório

No Curso Técnico em Informática (forma integrada) prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se

normatizada no regulamento de estágio do IFSul e pode ser feita por alunos regularmente matriculados no curso.

9.3 – Atividades Complementares

Não se aplica.

9.4 – Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) será componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último semestre do curso, em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração/consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Considerando a natureza da área profissional e a concepção curricular do curso, a realização do TCC, compreendendo a idealização, levantamento de requisitos, modelagem, desenvolvimento, testes e apresentação, objetivando a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso técnico. Este trabalho irá favorecer o envolvimento do aluno com atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, associados à prática profissional através da proposição de temas relacionados as necessidades da comunidade, pesquisa de novas soluções para problemas existentes e trabalhos interdisciplinares.

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso Técnico em Informática (Anexo III).

9.5 – Matriz curricular

Em anexo

9.6 – Matriz de disciplinas eletivas

Não se aplica

9.7 – Matriz de disciplinas optativas

Não se aplica

9.8 – Matriz de disciplinas pré-requisitos

Não se aplica

9.9 – Matriz de disciplinas equivalentes

Em anexo

9.10 – Matriz de componentes curriculares a distancia

Não se aplica

9.11 – Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Ver anexo.

9.12 – Flexibilidade curricular

O Curso Técnico em Informática (Forma Integrada) implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em projetos de extensão e de pesquisa, a participação e organização de eventos científicos e culturais, o cumprimento de estágios não obrigatórios em área administrativa e de elaboração de material inclusivo, o cumprimento de atividade de monitoria, dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais como o trabalho de conclusão de curso, por possibilitar o exercício da aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos durante o curso, bem como a demonstração do senso de responsabilidade, comprometimento, organização, planejamento, iniciativa, entre outros inerentes a atividade profissional e cidadã. As atividades de extensão, de monitorias e

de iniciação técnica e científica, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser validadas como atividades complementares.

Aos alunos que já apresentarem estudos concluídos com êxito dentro da mesma articulação curricular, em nossa instituição ou em outra instituição de ensino reconhecida pelo MEC, também é ofertada a possibilidade de aproveitamento destes estudos, conforme previsto na Organização Didática, valorizando assim, os saberes já adquiridos pelo estudante.

9.13 – Política de formação integral do estudante

A política de formação integral do aluno no Curso Técnico em Informática (Forma Integrada) deve apresentar, além das competências técnica, o desenvolvimento do ser humano como cidadão, com a capacidade instrumental de exercitar o pensamento, o estudo e a criação. O curso tem como intenção formar sujeitos capazes de exercerem com competência sua condição de cidadão construtor de saberes significativos para si e para a sociedade. Nesse sentido, se faz necessário uma compreensão de que o conhecimento não se dá de forma fragmentada e sim no entrelaçamento entre as diferentes ciências. Diante dessa compreensão, a organização curricular do curso assumirá uma postura interdisciplinar, possibilitando assim, que os elementos constitutivos da formação integral do aluno sejam partes integrantes do currículo de todas as disciplinas, de forma direta ou indiretamente, ou melhor dizendo, considerando-os como princípios constitutivos do currículo do curso.

Tendo em vista o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, bem como no teor da Resolução CNE/CP 1/2012 e as diretrizes curriculares para a Educação Ambiental, o Câmpus Bagé implementa diferentes políticas que contribuem para a formação integral dos estudantes através de diversos núcleos: Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Núcleo de Gênero e Diversidade, e Núcleo de Gestão Ambiental Integrada.

9.14 – Políticas de apoio ao estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);

- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).

No âmbito do curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Aulas de reforço;
- Monitorias;
- Projetos de ensino;
- Eventos próprios, como a semana acadêmica, por exemplo;
- Visitas técnicas;
- Participação em eventos.

9.15 – Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Alunos do Curso Técnico em Informática (forma integrada) são motivados pelas políticas do câmpus a participarem de atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais são consideradas essenciais para a formação dos estudantes. Destacam-se, principalmente, as seguintes atividades:

- Monitorias (remuneradas e voluntárias): O curso conta com uma equipe de alunos que atuam como monitores de disciplinas que apresentam altos índices de reprovação e/ou que envolvam uma alta carga de trabalho prático extra-classe. Atualmente o câmpus reserva parte do seu orçamento para a distribuição de bolsas de monitoria, além de desenvolver projetos de ensino que permitem a formalização do vínculo com bolsistas voluntários.
- Projetos de pesquisa e extensão: O corpo docente do curso conta atualmente com diferentes projetos em andamento, nos quais diversos alunos participam como bolsistas e como voluntários. Destaca-se, ainda, o protagonismo dos alunos na organização de eventos oferecidos pelo câmpus, principalmente da Semana Acadêmica do Curso de Informática.

9.16 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Informática considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, que trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais, o Curso Técnico em Informática assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla, ainda, em sua proposta, a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. E visando, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos com acessibilidade e eliminem as barreiras, de modo a promover a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

10 – CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe o Art. 41 da LDB 9.394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no

trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Câmpus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 – Avaliação da aprendizagem dos estudantes

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e

favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Técnico em Informática (forma integrada), a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como provas, seminários, projetos, trabalhos práticos, participação em eventos específicos, relatórios de visitas técnicas, além de outras propostas que estejam de acordo com a especificidade de cada componente curricular, desde que previstas em plano de ensino.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

11.2 – Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do curso.

O processo de avaliação do curso é sistematicamente desenvolvido pelo colegiado ou pela coordenação de curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa capitaneada pelo Colegiado ou pela Coordenação, o Curso Técnico em Informática (Forma Integrada) levanta dados sobre a realidade curricular principalmente por meio dos pré-conselhos e conselhos de classe do curso, nos quais há espaço para que servidores e discentes exponham suas opiniões. O objetivo deste levantamento de dados é principalmente embasar ações a serem realizadas pelo curso com o objetivo de reduzir índices de reprovação, evasão,

etc.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

13.1 – Pessoal docente e supervisão pedagógica

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação	Regime de trabalho
Prof. Abner Gilead Araujo Guedes	Algoritmos I, II, Construção de Sites Web I	Graduação em Informática pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Gráfica Digital pela Universidade Federal de Pelotas	40h, Substituto.
Prof. Aissandra	Orientação	Graduação em Pedagogia	40h,

Hampel (Supervisora Pedagógica)	educacional	pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Psicopedagogia pela Universidade da Região da Campanha Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Santa Maria Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	DE.
Prof. Alex Sandro Ernandes Valerio	Banco de Dados I, II Desenvolvimento para Dispositivos Móveis II	Graduação em Informática pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Engenharia de Software com Ênfase em Software Livre pela Universidade Federal de Lavras	40h, DE.
Prof. Aline Jaime Leal	Biologia I, Biologia II, III, IV	Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria Mestrado em Microbiologia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa Doutorado em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria	40h, DE.
Prof. Aline Picoli Sonza	Matemática I, Matemática II, VI	Graduação em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Mestrado Profissionalizante em Ensino de Física pelo Centro Universitário Franciscano	40h, DE,
Prof. Ana Lucia Pereira Ferreira de Quadros	Artes I, Artes II	Graduação em Educação Artística - Habilitação Artes Plásticas pela Universidade da Região da Campanha Especialização em História e Cultura Brasileira Contemporânea pela Universidade da Região da Campanha Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas	40h, DE.
Prof. Anderson	Sistemas	Graduação em Informática	40h,

dos Santos Ritta	Operacionais, Arquitetura de Computadores, Modelagem de Sistemas de Informação	pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Gerência e Segurança de Redes de Computadores pela Universidade da Região da Campanha	DE.
Prof. Anelise Ramires Meneses	Física IV, V, VI	Graduação em Física pela Universidade Federal de Pelotas Mestrado em Física pela Universidade Federal de Pelotas	40h, DE.
Prof. Carlos Emilio Padilla Severo	Projeto de Software, Tópicos Especiais em Informática	Graduação em Informática pela Universidade da Região da Campanha Mestrado em Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	40h, DE.
Prof. Debora Borges Gogia	Química I, II, III, IV	Graduação em Química pela Universidade Federal do Pampa	40h, Substituta.
Prof. Diego de Carvalho Neves da Fontoura	Construção de Sites Web II, Desenvolvimento de Aplicações Web I, II,	Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Luterana do Brasil Especialização em Engenharia de Sistemas pela Escola Superior Aberta do Brasil	40h, DE.
Prof. Douglas Lemos de Quadros	Língua Portuguesa III, IV Literatura I, II e III	Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pampa	40h, Substituto.
Prof. Gabriel Barros da Cunha	Educação Física I, Educação Física II	Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas Mestrado em Ciências do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto	40h, DE.
Prof. Giordano de Andrades Lima	Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I	Graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Luterana do Brasil	40h, Substituto.
Prof. Josiane Redmer Hinz	Língua Portuguesa I, Língua Portuguesa II	Graduação em Letras pela Universidade Católica de Pelotas Mestrado em Letras pela Universidade Católica de	40h, DE.

		Pelotas Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	
Prof. Tiaraju Molina Andreazza	Filosofia I, II, III e IV	Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas Doutorado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos	40h, DE.
Prof. Leandro da Silva Camargo	Redes de Computadores	Graduação em Informática pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Governança de T.I. pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial RS	40h, DE.
Prof. Marcelo da Silveira Siedler	Desenvolvimento de Software	Graduação em Informática pela Universidade Católica de Pelotas Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco	40h, DE.
Prof. Maria do Carmo da Silva Fagundes Machado	Língua Inglesa I, II, III, IV	Graduação em Letras pela Faculdade Unidas de Bagé Especialização em Produção Textual, Leitura e Redação pela Universidade da Região da Campanha	40h, DE.
Prof. Max Lindoberto Castro Goncalves	Matemática V, Matemática IV, VII	Graduação em Ciências - Lic. de 1º Grau pela Faculdade Porto-Alegrense Graduação em Ciências - Habilitação Matemática pela Universidade Luterana do Brasil	40h, DE.
Prof. Miriam Duarte e Silva Machado	Matemática III, Matemática IV	Graduação em Administração pela Faculdade Anhanguera Graduação em Matemática pela Faculdade Anhanguera	40h, Substituta.
Prof. Moacir Borges Fernandes	Física I, Física II, Física III	Graduação em Física pela Universidade Federal de Pelotas Especialização em Ciências e Tecnologias na Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense Mestrado Profissionalizante	40h, DE.

		em Ensino de Ciências pela Universidade Federal do Pampa	
Prof. Paulo Ricardo Granada Correa da Silva	História I, História II, História III, História IV	<p>Graduação em Eletrotécnica Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná</p> <p>Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas</p> <p>Graduação em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Internacional</p> <p>Mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande</p> <p>Doutorado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande</p>	40h, DE.
Prof. Rosana Alves Gomes	Sociologia I, II, III e IV	<p>Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas</p> <p>Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas</p>	40h, Substituta.
Prof. Suelen dos Santos Garcia	Metodologia Científica e Gestão	<p>Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas</p> <p>Mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas</p>	40h, DE.
Prof. Thales Vaz Maciel	Programação Orientada a Objetos	<p>Graduação em Sistemas de Informação pela Universidade da Região da Campanha</p> <p>Especialização em Sistemas Distribuídos com Ênfase em Banco de Dados Universidade Federal do Pampa</p> <p>Mestrado em Engenharia de Computação pela Universidade Federal do Rio Grande</p>	40h, DE.

Prof. Tiago Wally Hartwig	Educação Física III, IV, V, VI, VII e VIII	Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas Especialização em Atividade Física Adaptada e Saúde pela Universidade Gama Filho Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas	40h, DE.
Prof. Edgar Henrique de Castro	Geografia I, II e III	Graduação em Geografia pela Universidade estadual do Norte do Paraná Especialização em Educação Ambiental e Ciência da Terra pela Universidade Estadual de Londrina	40h DE

13.2 – Pessoal técnico-administrativo

Nome	Atuação	Titulação
Alessandro Bastos Ferreira	Biblioteca	-
Alexandre Oliveira Silva	Orientação Educacional	Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Gestão de Pessoas pela Portal Faculdades Especialização em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Especialização em Orientação Educacional pela AVM Faculdade Integrada Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pampa
Alexsandra Paz Trindade (Profissional cedido através de convênio entre prefeitura e instituto)	Educação Especial	Graduação Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria Especialização em Educação Escolar pela Uniter Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pampa
Ariela Purper	Registros Acadêmicos	Graduação em Medicina

		Veterinária pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Acupuntura Veterinária pelo Instituto Bioethicus
Daniela de Mesquita	Biblioteca	-
Daniel de Souza Cunha	Biblioteca	Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Daren Chaves Severo dos Santos	Registros Acadêmicos	Graduação em Letras - Português pela Universidade Federal do Pampa Especialização em Leitura e Escrita pela Universidade Federal do Pampa
Luciano Ferreira Delgado	Assistência de Alunos	
Remidio Alex Pereira Garcia	Assistência de Alunos	Graduação em Educação Física pela Universidade da Região da Campanha Especialização em Metodologia do Ensino da Ed. Física e do Esporte pela Faculdade Portal
Roseli Jardim Botesle	Assistência de Alunos	Graduação em Fruticultura pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Vilton Alex Jardim Botesle	Assistência de Alunos	Graduação em Matemática pela Universidade da Região da Campanha

14 – INFRAESTRUTURA

14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m²)
Oito salas de aula	373,68
Cinco laboratórios de informática	233,55
Mini auditório	95,23
Auditório	325,75
Biblioteca	95,23
Duas salas para professores	84,10
TOTAL	1207,54

14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade

Todas as edificações possuem acessibilidade e sanitários adaptados para

pessoas com necessidades específicas. Além disso, o câmpus conta com equipamentos para auxílio de cadeirantes.

14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso

Biblioteca do câmpus

A biblioteca do campus possui parte do acervo específico para atender as referências bibliográficas elencadas nos programas das disciplinas.

Laboratórios de Informática

Equipamentos: Trinta computadores de mesa com capacidade de atender todas as disciplinas técnicas trabalhadas no curso, com softwares de apoio à análise e desenvolvimento de sistemas da informação. Um projetor para utilização de conteúdo digital nas atividades de ensino.

Capacidade: 30 alunos.

Laboratório de Redes de computadores

Equipamentos: Trinta computadores de mesa com capacidade de atender todas as disciplinas técnicas trabalhadas no curso, com softwares de apoio e material de cabeamento para manuseio e prática de manutenção de redes. Um projetor para utilização de conteúdo digital nas atividades de ensino.

Capacidade: 30 alunos.

Salas de aula (cada)

Equipamentos: Uma TV para utilização de conteúdo digital nas atividades de ensino. Um quadro branco.

Capacidade: 30 alunos.